

Pensar ciência

O Dia Mundial da Ciência é assinalado a 24 de novembro. A propósito da data, olhamos nesta edição, para os temas por que a atividade científica é hoje um campo que também exige a reflexão dos cientistas.

Financiamento

É um dos principais desafios para todos os cientistas em todas as áreas. Conseguir financiamento é também um dos indicadores de sucesso, tanto do ponto de vista individual como das unidades de investigação.

Produtividade

Já não é um conceito exclusivo da indústria. Também na ciência se fala cada vez mais de produtividade, no pressuposto de que todo o trabalho científico, para além de contribuir para o avanço do conhecimento, deve produzir também resultados “contáveis”.

Impacto

Não é um exclusivo do valor das pesquisas científicas, que se espera que tenham impacto social, cultural e até económico. O impacto é também um critério de valoração das publicações, calculado a partir de métricas baseadas no número de citações.

Agendas temáticas

São uma espécie de tendências, que enquadram as prioridades do conhecimento em termos políticos. Têm o propósito de orientar a investigação para a inovação e a resposta a problemas e desafios de diferentes setores da sociedade.

Internacionalização

Para além da inscrição em *rankings*, a ciência deve aspirar a ser global, o que no atual paradigma científico significa ter impacto além fronteiras e, por extensão, ter relevância em Inglês, uma espécie de língua franca do conhecimento.

Competitividade

Talvez à semelhança do que acontece no campo económico, também na ciência a competitividade diz respeito à capacidade de manter as “quotas de mercado”. Parceiro do conceito de qualidade, o requisito da competitividade está hoje também no léxico da ciência.



Imagem: freepik

Em revista

2021

TELESCÓPIO



ANA PAULA
LABORINHO

Diretora em Portugal da
Organização dos Estados
Ibero-americanos

CARTA CULTURAL IBERO-AMERICANA

PolObs :: Em que medida as políticas culturais, no contexto iberoamericano, beneficiaram-se da Carta?

Desde a sua aprovação pelos chefes de estado e de governo, a Carta Cultural Ibero-americana (CCI) tem servido como enquadramento das políticas culturais dos países da região, afirmando os direitos culturais, a diversidade e o diálogo intercultural. Além disso, ao longo dos últimos 15 anos, fomentou a cooperação, promoveu alianças e estratégias partilhadas. Serviu também de incentivo, estímulo e apoio à formulação de estratégias para reforçar as políticas culturais nos países ibero-americanos, em que se basearam programas, projetos e iniciativas de cooperação cultural.

PolObs :: Que princípios da Carta serão desafiantes nos próximos anos?

No quadro da CCI, foi atribuído à cultura um papel central em termos de desenvolvimento sustentável e de luta contra a pobreza, constituindo um quadro de referência e um acordo regional de apoio à Convenção da UNESCO sobre a Diversidade. Os princípios da Carta representam desafios para alcançar sociedades mais justas, em linha com a Agenda 2030, reforçar o multilateralismo e acompanhar a transformação digital, o acesso à cultura e empreender novas formas de participação social como respostas inovadoras para enfrentar os desafios globais, incluindo o seu contributo para uma maior consciência ambiental. ●

No ano em que foi aprovado o Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura, o Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura acompanhou também a candidatura de 12 cidades portuguesas a capital Europeia da Cultura em 2027, a atualização da Lei do Cinema e a publicação da Carta Portuguesa dos Direitos Humanos na Era Digital. Com uma atividade de investigação/intervenção particularmente intensa no campo da cultura, a equipa de investigadores desenvolveu projetos sobre dinâmicas culturais (em Torres Novas e em Braga, por exemplo) e sobre a presença das mulheres nos cargos de poder político, de decisão e de gestão na área da Cultura em Portugal, e organizou contributos para o Plano Estratégico Municipal de Cultura da Guarda.

No espírito da missão de observatório, o PolObs também acompanhou sistematicamente a publicação de legislação e

todas as ações que têm impacto na definição de políticas públicas nas áreas da ciência, da comunicação e da cultura, registando os principais factos numa espécie de [cronologia](#) no site [www.polobs.pt](#). Com o objetivo de promover de forma regular o debate entre investigadores, as atividades do PolObs incluíram ainda a realização de seminários mensais que refletiram sobre políticas de regulação da comunicação, cultura e desenvolvimento sustentável, democracia cultural, comunicação de ciência, indexação de revistas científicas, liberdade de imprensa, associações científicas, desinformação e a Agenda 2030.

No site do PolObs, a equipa publicou mais de meia centena de breves notícias. No Facebook, têm sido publicadas chamadas de atenção e notas com regularidade quase diária. A página do observatório nesta rede social é seguida por 167 pessoas. ●

Políticas públicas

22 de dezembro

Decreto n.º 29/2021 aprova o acordo entre Portugal e Índia sobre coprodução audiovisual.

06 de dezembro

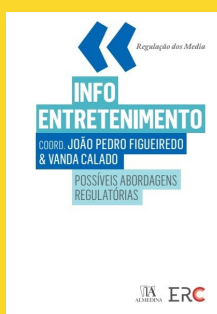
Decreto regulamentar n.º 7/2021 estabelece normas para o registo dos órgãos de comunicação social e operadores

29 de novembro

Decreto-Lei n.º 105/2021 aprova o Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura

ESTANTE

por LUÍS MIGUEL LOUREIRO



**Infoentretenimento.
Possíveis Abordagens
Regulatórias**

João Pedro Figueiredo & Vanda Calado
(Eds.)

Edições Almedina
2021

Nesta quarta obra da coleção “Regulação dos Media”, coordenada por Mário Mesquita, a ERC propõe-se abordar um terreno conceptualmente pantanoso e fugidio, para o qual a sua intervenção regulatória tem vindo a ser crescentemente convocada: o infoentretenimento. As dificuldades de fundamentação desse pronunciamento são, no entanto, reconhecidas logo no prefácio por João Pedro Figueiredo que refere, como problema, a escassez de “ponderação crítica” acerca do tema, em Portugal.

Impõe-se, por isso, a urgência de pensar o infoentretenimento, desde logo, pela quantidade crescente de queixas e participações feitas à ERC, relativas à incorporação, especialmente pelas televisões, “de elementos de entretenimento nos programas de informação e elementos de informação nos programas de entretenimento, sem que a diferenciação de propósitos resulte clara aos olhos dos espectadores”.

Daí que, com esta obra, a ERC tenha, não apenas relatado e analisado a sua intervenção passada, situando o problema, mas procurado igualmente fornecer-se de um conjunto de contributos que possam ser válidos na futura fundamentação da sua atividade regulatória. O livro reúne, assim, em quase 300 páginas, um importante acervo de leituras e propostas, algumas de âmbito teórico e conceptual, feitas por especialistas quer da academia quer do universo dos média, o que o torna uma importante referência para instigar o pensamento sobre um fenómeno que, pelo seu carácter escorregadio, perturba eticamente a relação dos média com os seus públicos. ●